

Por quem mesmo? Uma proposta de Índice de Desenvolvimento Social por Orientação Sexual a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019.

Natália Fiorante Breda y Joice Melo Vieira.

Cita:

Natália Fiorante Breda y Joice Melo Vieira (2025). *Por quem mesmo? Uma proposta de Índice de Desenvolvimento Social por Orientação Sexual a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019*. XVIII Jornadas Argentinas de Estudios de Población - V Congreso Internacional de Población del Cono Sur. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Córdoba.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/xviii.jornadas.aepa/49>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/exQq/Pmp>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



Por quem mesmo? Uma proposta de Índice de Desenvolvimento Social por Orientação Sexual a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019

Natália Fiorante Breda

Mestranda em Demografia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

nfiorantebreda@gmail.com

Joice Melo Vieira

Professora do Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

joicemv@unicamp.br

Resumo

Este trabalho tem o intuito de contribuir para os estudos sobre demografia da sexualidade. A demografia surgiu como disciplina científica no século XIX, focando-se nos fenômenos da natalidade, mortalidade e migração, pilares da abordagem clássica, cujas variações de combinação impactam o volume e a estrutura das populações. A estrutura populacional é dada fundamentalmente por idade e sexo. No entanto, a centralidade do sexo binário tem sido relativizada a fim de abarcar discussões sociais relevantes para o campo dos estudos de gênero, podendo ser compreendida como um exemplo da dupla alma da demografia, biológica e social, como descrito por Livi-Bacci. Os debates se ampliaram nas últimas três décadas, mostrando que a composição demográfica das populações se altera segundo gênero, raça/cor, dentre outros marcadores sociais. As discussões sobre a demografia da sexualidade também fazem parte desse contexto. A sua introdução se deu devido à ligação com as práticas sexuais, especialmente as relacionadas a infecções sexualmente transmissíveis e aos efeitos na reprodução, mas estudos recentes revelam cada vez mais possibilidades de análise, como seus reflexos na migração, capacidade reprodutiva, taxas de mortalidade, estrutura familiar e mercado de trabalho. Pensando nesse contexto de ampliação dos estudos, o trabalho buscará comparar o desenvolvimento social de pessoas heterossexuais e LGB+¹

¹ Será utilizada a sigla LGB+ ao referir-se à proposição do índice social em virtude da fonte de dados utilizada no Estudo. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, coletou informações sobre a orientação sexual das pessoas adultas, podendo ser classificadas como homossexuais (lésbicas ou gays), bissexuais e outra orientação (representada pelo + na sigla). Não foram contempladas informações sobre a população T (travestis, transexuais e transgêneras) no contexto da pesquisa (IBGE, 2022). Por lésbicas, compreende-se as mulheres/pessoas que se identificam com o gênero feminino e que se sentem atraídas por outras mulheres/pessoas que se identificam com o gênero feminino. Por gays, compreende-se homens/pessoas que se identificam com o gênero masculino e que se sentem atraídos por outros homens/pessoas que se identificam com o gênero masculino. Por bissexuais, compreende-se as pessoas

no Brasil, através dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. Para a sua efetivação, será proposto o Índice de Desenvolvimento Social por Orientação Sexual (IDS-os) a ser mensurado através de necessidades básicas satisfeitas, sendo consideradas como dimensões fundamentais: saneamento básico, renda, trabalho e educação. Os resultados indicam que a população LGB+ apresenta níveis de desenvolvimento social superiores à população heterossexual. Isso pode ocorrer em razão da seletividade daqueles que se assumem como LGB+.

Introdução

A demografia surgiu como disciplina científica no século XIX, focando-se nos fenômenos da natalidade, mortalidade e migração, pilares da abordagem clássica, cujas variações de combinação impactam o volume e a estrutura das populações (Livi-Bacci, 1993). A estrutura populacional é dada fundamentalmente por idade e sexo, no entanto, a centralidade do sexo ao nascer – um dado biológico – foi relativizada nos últimos tempos a fim de abarcar discussões sociais relevantes para o campo da demografia, que passaram a incorporar a perspectiva de gênero. A necessidade de dar conta da compreensão do sexo e do gênero é um exemplo da dupla alma da demografia, biológica e social, como descrito por Livi-Bacci (1993). Os debates se ampliaram nas últimas três décadas, mostrando que a composição demográfica das populações se altera segundo gênero, raça/cor, dentre outros marcadores sociais (Saenz; Morales, 2005; Riley, 2005; Hauser; Duncan, 1959). As discussões sobre a demografia da sexualidade também fazem parte desse contexto. A sua introdução na área se deu devido à sua ligação com as práticas sexuais, especialmente as relacionadas a infecções sexualmente transmissíveis e aos efeitos na reprodução (Baumle, 2013). Contudo, estudos recentes revelam cada vez mais possibilidades de análise, como seus reflexos na migração, capacidade reprodutiva, taxas de mortalidade, estrutura familiar e mercado de trabalho (Baumle et al. 2009; Gate; Ost, 2004). Através do presente artigo, pretende-se contribuir para o campo de estudos da demografia da sexualidade.

Embora tenham sido percebidos avanços no campo da sexualidade nos últimos tempos, ainda se faz necessário incorporar variáveis de sexualidade nos estudos demográficos tradicionais, como práticas, atração e autoidentificação, e revisar e adaptar os modelos e teorias demográficas já existentes, de forma que possam contemplar com precisão as vivências de pessoas transgêneras e todas aquelas que fogem ao padrão heteronormativo (Baumle, 2013). Isto porque nota-se um predomínio de debates sobre práticas e identidades sexuais realizados por epidemiologistas, psicólogos, sociólogos, geógrafos e economistas sendo ainda muito baixa a participação dos(as) demógrafos(as) (Baumle, 2013).

Em estudo recente realizado por Silva, Lena e Miranda (2018), identificou-se que as produções sobre sexualidades continuam incipientes no campo da demografia, sendo estas, em sua maioria, de autoria feminina, de centros de pesquisa localizados no

que sentem atração por outras pessoas, independentemente do sexo ou identidade de gênero. Para as demais orientações sexuais, também relativas às minorias sexuais e que não foram classificadas como uma das anteriores, como por exemplo pessoas pansexuais ou assexuais, serão englobadas no “+” (outras orientações sexuais).

hemisfério norte (Estados Unidos e Europa) e relacionadas à fecundidade, à saúde e à nupcialidade. O estudo examinou as publicações nas principais revistas de demografia e estudos populacionais do mundo entre 2000 e 2017. Os autores também destacaram que a questão de gênero estava presente em todas as análises, mas quase não houve reflexões sobre gênero como categoria analítica, sendo tratado como sinônimo de sexo de forma recorrente (Silva; Lena; Miranda, 2018), o que compromete o adensamento do debate teórico e a compreensão da realidade.

Considerando esse contexto de ampliação dos estudos, o trabalho buscará comparar o desenvolvimento social de pessoas heterossexuais e LGB+ no Brasil, através dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. Para a sua efetivação, será proposto o Índice de Desenvolvimento Social por Orientação Sexual (IDS-os) a ser mensurado através de necessidades básicas satisfeitas, sendo consideradas como dimensões fundamentais: saneamento básico, renda, trabalho e educação. Os resultados indicam que a população LGB+ apresenta níveis de desenvolvimento social superiores à população heterossexual. Isso ocorre em razão da seletividade daqueles que se assumem como LGB+, sendo mais frequente entre pessoas que são parte de um estrato social mais alto.

Marcos conceituais e antecedentes

Existem diversas formas de conceituar o que é desenvolvimento, uma delas envolve a compreensão do desenvolvimento enquanto um processo de expansão das liberdades humanas. Essa perspectiva, elaborada por Amartya Sen (2010), entende que os aspectos econômicos, como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a industrialização ou o avanço tecnológico, são os meios para expandir as liberdades, mas existem outros fatores determinantes que atuam como os fins para se alcançar esse patamar de desenvolvimento, como as condições sociais e econômicas (exemplificadas pela oferta de serviços de educação e de saúde) e os direitos civis (exemplificados pela liberdade de participação nos debates públicos e nas deliberações democráticas) (Sen, 2010). Sendo assim, as liberdades são compreendidas como os meios e os fins do desenvolvimento. Em síntese, os fins representam a própria liberdade (composta por elementos constitutivos, como a autonomia adquirida pelas pessoas, a boa saúde e saneamento), enquanto os meios são os instrumentos para alcançar a expansão das liberdades, num cenário em que as diferentes liberdades apresentam inter-relação entre si como, por exemplo, a relação entre o nível de escolaridade da população e os benefícios que ela propicia em termos de produtividade.

Segundo Amartya Sen (2010), é necessário remover fontes de privação de liberdades, tais como pobreza, carência de oportunidades, negligência de serviços públicos e negação de direitos civis para que se tenha desenvolvimento. Além disso, na visão do autor, a liberdade constitui um elemento-chave do desenvolvimento por duas razões principais. Primeiro pelo seu caráter avaliatório, mensurado através do aumento das liberdades individuais e consequente redução das privações de liberdade. Em segundo lugar pela sua eficácia, ao permitir que as pessoas tenham liberdade de agir, escolher e influenciar os rumos da sociedade em que vivem. Portanto, essa perspectiva prevê uma ligação entre as liberdades individuais e o desenvolvimento social para além de um papel constitutivo. A expansão das liberdades é essencial para impulsionar

processos de transformação social e dar condições aos indivíduos para atuarem como agentes de mudança nesses processos todos.

Ao considerar as liberdades individuais como elemento básico na análise do desenvolvimento, entende-se que a expansão das capacidades (perspectiva de capabilities) também é um tipo de liberdade. A capacidade compreende as possibilidades das pessoas de levarem a vida que valorizam. Nesse contexto, observa-se uma relação de mão dupla com as políticas públicas, uma vez que estas podem aumentar as capacidades das pessoas, ao mesmo tempo em que a direção das políticas públicas pode ser influenciada quando as pessoas possuem um nível de liberdade e capacidade de participação maior. Segundo Sen (2010), a perspectiva de capabilities está relacionada com a abordagem de capital humano. Isso porque ambas consideram a agência dos seres humanos e se enfocam nos potenciais que eles realizam ou adquirem. No entanto, a primeira delas é mais abrangente e abarca consequências diretas e indiretas, enquanto a segunda é comumente definida por termos indiretos. Por consequência direta, entende-se a valorização que os indivíduos dão ao que afeta suas vidas de maneira mais imediata, como por exemplo ter uma boa saúde, educação e saneamento. Quanto às indiretas, estas se relacionam aos aspectos que podem aumentar a produção ou o alcance de patamares mais elevados na estrutura social, como é o caso do investimento em educação e seus benefícios para o indivíduo (aumento da renda e reconhecimento social) e o mercado (aumento da produtividade).

Através da abordagem de capabilities, Sen (2010) propõe ir além da abordagem de capital humano para alcançar o desenvolvimento como liberdade, sendo feito através do reconhecimento das qualidades individuais em sentido amplo (não apenas como meio de produção para gerar crescimento econômico) e das capacidades voltadas à mudança social. Dessa forma, reforçando sua relevância direta para o bem-estar e a liberdade dos indivíduos, bem como sua relevância indireta ao influenciar mudanças sociais e políticas, além da própria produção econômica.

É interessante observar que a relação entre desenvolvimento e bem-estar varia de acordo com o tipo de abordagem. Na visão clássica, por exemplo, com a obra *A Riqueza das Nações* de Adam Smith em 1776, o bem-estar está relacionado diretamente ao aumento de renda e produção, em que o mercado atua e é responsável por garantir o equilíbrio entre interesses individuais e a ordem social (Cerqueira, 2003). Já a visão neoclássica entende o bem-estar por meio da maximização das utilidades individuais, isto é, da capacidade de cada pessoa obter a maior satisfação possível a partir do consumo de bens e serviços, de acordo com suas preferências ou restrições.

Na perspectiva do desenvolvimento com justiça social, autores como Sen (1970) e Rawls (1971) resgatam as discussões éticas e morais, pontuadas pela primeira vez em 1759 por Adam Smith na sua obra *A Teoria dos Sentimentos Morais*, para considerar os aspectos redistributivos inerentes ao processo de ampliação do bem-estar, possibilitando que grupos menos favorecidos acessem um mínimo de bem-estar (Delgado; Sulcedo, 2004) e entendendo que o desenvolvimento não se limita aos fatores econômicos, uma vez que também depende da expansão das oportunidades, das liberdades, das capacidades e do reconhecimento das necessidades individuais, conforme discutido anteriormente. Por fim, a perspectiva do desenvolvimento humano trazida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seus relatórios

anuais², baseia-se no conceito de capabilities de Sen, onde o bem-estar da população está relacionado ao processo de expansão das capacidades e oportunidades, para que elas possam ser aquilo que desejam ser, vivendo a vida que valorizam. Então o crescimento econômico gerado pelas pessoas é um meio para o desenvolvimento, e não o seu fim, devendo ser orientado à promoção de uma vida saudável, digna e não excludente.

A economista Fukuda-Parr (2003) contribui para os estudos sobre a abordagem de desenvolvimento humano ao destacar a evolução da perspectiva de capabilities proposta por Amartya Sen. Ao longo dos anos, a ênfase nas políticas públicas evoluiu da provisão de serviços para as discussões sobre empoderamento político e equidade de gênero, passando a ser entendido que as agências ou ações coletivas promovem o desenvolvimento, e que as questões de gênero são centrais para a ampliação das liberdades diante das formas de opressão social e política existentes. É comum que essa abordagem seja interpretada de forma equivocada, como se fosse apenas um reflexo das suas três dimensões principais – renda, educação e longevidade –, quando na verdade o conceito de desenvolvimento humano é mais complexo e amplo que as suas formas de mensuração. Isso porque o desenvolvimento humano prevê que as pessoas possam viver livres, de forma digna e que sejam capazes de escolher o que as leve para uma vida plena (Fukuda-Parr, 2003).

Ainda nessa perspectiva, as pessoas desempenham um papel ativo nas mudanças, diferentemente do enfoque baseado nas necessidades básicas ou no capital humano, em que as pessoas, respectivamente, têm papel passivo ao apenas acessar os bens/serviços públicos e são vistas, principalmente, como instrumentos para a produção econômica. Esse papel ativo pode ser vivenciado no contexto individual e coletivo (Fukuda-Parr, 2003). Considerando o recorte da população LGBTNbI+³, o primeiro deles poderia ser exemplificado pela posse de documentos legais que reconheçam a identidade de gênero de uma pessoa trans. Ao ter o seu documento retificado, a pessoa pode reivindicar seus direitos de ser tratada conforme seu gênero nos espaços em que ocupa, como escolas, universidades, hospitais, mercado de trabalho, entre outros. No entanto, a mudança social mais ampla depende também da agência coletiva, isto é, da promoção de espaços de debate político nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); da organização de grupos LGBTNbI+ que lutam por leis antidiscriminatórias, acesso igualitário a serviços públicos, entre outras pautas que visam garantir dignidade e equidade à população; da produção e disseminação de conhecimentos sobre essa população; e da ocupação de espaços institucionais e públicos.

Também no que se refere à população LGBTNbI+, compreende-se que o fim é garantir que as pessoas possam viver com dignidade, sem estigmas, podendo escolher seus relacionamentos, profissões e ocupar espaços sem medo de discriminação e de serem quem são. Enquanto os meios são entendidos pelas liberdades legais (criminalização da homotransfobia, casamento igualitário, entre outros), sociais (aceitação da sociedade, acesso à educação e à saúde) e econômicas (alocação em bons cargos no mercado de trabalho). Através da combinação dessas duas esferas, a

² Por exemplo, Human Development Report (1990).

³ No contexto da discussão da literatura, será utilizada a sigla completa correspondente à sessão temática em que o artigo se insere.

organização e a participação social do segmento LGBTNbI+ podem contribuir de formas mais amplas para a sociedade e desfrutar de melhor bem-estar. Além disso, nas análises que serão realizadas, será fundamental considerar como gênero e orientação sexual de maneira particular, podem acentuar vulnerabilidades e desigualdades. Nesse sentido, reconhecer as múltiplas formas de estigma que limitam as vivências e a participação da população LGBTNbI+ é essencial para promover um desenvolvimento humano focado na liberdade, na equidade e na justiça social.

A abordagem de desenvolvimento humano discutida anteriormente amplia a noção de desenvolvimento ao valorizar a expansão das liberdades e capacidades reais das pessoas, o exercício da autonomia e a participação ativa na sociedade. Essa perspectiva reconhece que o bem-estar não pode ser reduzido apenas a medidas econômicas. As dimensões políticas, sociais e culturais são igualmente relevantes por garantir dignidade e liberdade a toda a população, especialmente aos grupos historicamente estigmatizados, como é o caso das pessoas LGBTNbI+.

Para operacionalizar essa abordagem e trabalhá-la a partir do olhar demográfico combinado ao das políticas públicas, será necessário recorrer a indicadores concretos que permitam mensurar as condições básicas de vida e as oportunidades das pessoas. É nesse contexto que o conceito de desenvolvimento social ganha relevância. Ao englobar as dimensões de renda, trabalho, educação e saneamento, bases para a expansão das liberdades, o desenvolvimento social possibilita reflexões sobre desigualdades estruturais, estigmatização e exclusão social, evidenciando os obstáculos que dificultam o pleno exercício da vivência e da participação da população LGBTNbI+.

Objetivos

O principal objetivo do trabalho é identificar como as diferenças entre pessoas LGB+ e heterossexuais se manifestam no acesso a condições básicas de vida no Brasil em 2019. Para isso, apresentar-se-á uma proposta de Índice de Desenvolvimento Social por Orientação Sexual, a ser segmentado também por sexo⁴. Reconhece-se a importância de interseccionar gênero, raça/cor e idade nas análises sobre desigualdades estruturais, no entanto, optou-se por concentrar a análise no recorte de sexo em decorrência das limitações de tempo e espaço do presente artigo. A análise interseccional envolvendo raça/cor e idade será considerada em futuras investigações, dado seu papel central nas discussões sobre desigualdades estruturais no Brasil.

A partir dos resultados será possível testar a hipótese de que pode haver uma seletividade entre as pessoas que se autodeclaram como LGB+, sendo mais frequente entre pessoas com maior escolaridade e renda, o que pode levar à sobrerrepresentação de indivíduos com melhores condições básicas de vida nos dados analisados, elevando artificialmente o índice de desenvolvimento social dessa população.

⁴ Será utilizado a nomenclatura “sexo” em correspondência ao quesito sexo biológico captado na PNS 2019. No contexto da pesquisa, as categorias de seleção disponíveis eram “mulher” ou “homem”.

Fonte de dados

A fonte de dados a ser utilizada no contexto do estudo é a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do ano de 2019. É uma pesquisa transversal e amostral, de caráter nacional, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde a cada cinco anos, idealmente. Na prática, foi realizada em 2013 e 2019. A pesquisa coleta dados sobre diversas condições de saúde, acesso e uso de serviços, além de fatores de risco e proteção da população brasileira em nível nacional e estadual (IBGE, 2021). A população-alvo é constituída por moradores(as) em domicílios particulares permanentes que pertencem à área de abrangência geográfica da pesquisa, sendo excluídas as áreas com características especiais ou de população escassa segundo o IBGE, como: agrupamentos indígenas e quilombolas, bases militares, quartéis, presídios, penitenciárias, cadeias, alojamentos, acampamentos, agrovilas de projetos de assentamentos rurais, conventos, hospitais, instituições de longa permanência para idosos e rede de atendimentos integrados à criança e ao adolescente (IBGE, 2021).

Optou-se pela utilização da edição de 2019, devido ao seu caráter inédito ao coletar dados sobre a orientação sexual da população brasileira de 18+ anos. Foi incluída a pergunta: *Qual é a sua orientação sexual?* no Módulo de Atividade Sexual (Módulo Y), no qual, através da autoidentificação, a pessoa respondente precisava escolher dentre uma das seguintes opções: heterossexual, homossexual, bissexual, outra orientação sexual, não sabe ou recusou-se a responder (IBGE, 2022). Até então, em outras pesquisas demográficas, como é o caso do Censo Demográfico de 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua desde 2012, era possível identificar apenas casais do mesmo sexo. Para fins de análise, serão considerados dois grupos principais: população LGB+ e heterossexual, sendo que a primeira é composta por pessoas que se autoidentificaram enquanto homossexuais, bissexuais ou com outra orientação sexual.

Devido ao caráter experimental⁵ da pesquisa, o IBGE (2022) expôs limitações importantes sobre o uso da informação sobre orientação sexual que precisam ser levadas em consideração nos contextos de análise dos dados e resultados. Sendo elas:

- I. A orientação sexual é registrada a partir da forma como cada pessoa se identifica, podendo haver casos de não correspondência com outras dimensões, como atração ou prática sexual. Por exemplo, existem pessoas que se relacionam ou sentem atração por alguém do mesmo gênero, mas não se identificam como homossexual ou bissexual;
- II. A recomendação para alguns módulos com temas sensíveis, como o caso da orientação sexual, era que a própria pessoa respondesse pessoalmente. No entanto, na prática, na maior parte dos casos, a informação foi preenchida pelo(a) entrevistador(a). Isso pode ter feito com que algumas pessoas respondessem o que achavam mais aceitável socialmente, gerando um viés nas respostas;

⁵ O formato deste quesito ainda está em fase de avaliação por não ter atingido um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia. Portanto, é necessário cautela ao utilizar e interpretar os dados (IBGE, 2022).

- III. Alguns dos termos utilizados, como por exemplo “homossexual” ou “heterossexual”, podem não ser tão facilmente compreensíveis, especialmente para pessoas com menor escolaridade, podendo comprometer as respostas. Os percentuais maiores nas opções “recusou-se a responder” e “não sabe” entre as pessoas com nível de instrução até o ensino médio incompleto, podem indicar uma dificuldade maior de entendimento sobre o tema abordado por parte desse contingente;
- IV. Foi identificado que o estigma social, assim como o medo da discriminação e da violência, faz com que pessoas que não se encaixam nos padrões heterocisnormativos tenham receio em se autoidentificar quanto à sua orientação sexual quando precisam comunicá-la verbalmente à pessoa entrevistadora, sobretudo em cidades pequenas. Esse mesmo desafio metodológico também é constatado em pesquisas realizadas em outros países;
- V. A pesquisa coletou apenas informação sobre o sexo biológico, não havendo informações sobre identidade de gênero, consequentemente, não foram captados dados sobre a população T (travestis e transexuais) e de outras identidades não cisgêneras.

Apesar das limitações apontadas anteriormente, a pesquisa ainda assim é uma fonte de dados relevante, pois permite debates e reflexões sobre uma população que enfrenta diversas vulnerabilidades a partir de dados quantitativos e informações que, por muito tempo, não estiveram presentes nas estatísticas oficiais.

Com relação ao plano amostral, a pesquisa foi desenhada a partir de uma Amostra Mestra, composta por um conjunto de áreas previamente selecionadas a partir de um cadastro e capaz de atender diferentes pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) do IBGE, como a PNAD e a POF. Por se tratar de uma pesquisa domiciliar, o plano amostral da PNS é dado pela amostragem conglomerada em três estágios de seleção, com estratificação das unidades primárias de amostragem (UPA) (IBGE, 2021).

Diante das especificidades do plano amostral, estruturado em três estágios, com a seleção de setores censitários como unidades primárias, domicílios no segundo estágio e, por fim, de um morador no terceiro estágio, o presente artigo irá direcionar suas análises para a população de 18+ anos. Essa delimitação se justifica pelo fato de que a pergunta sobre orientação sexual, variável central desta pesquisa, foi aplicada exclusivamente à pessoa moradora selecionada no terceiro estágio, desde que tivesse 18 anos ou mais de idade. Dessa forma, utilizou-se a variável de código V00291⁶ como peso amostral do(a) morador(a) selecionado(a) para o tratamento dos dados e análises considerando o desenho de amostra complexa que caracteriza a PNS 2019. Além disso, a variável V0024 foi utilizada para identificar os estratos e a variável UPA_PNS como cluster (conglomerado), seguindo as recomendações estabelecidas pelo IBGE para o tratamento dos dados (IBGE, 2021).

⁶ Considerando a necessidade de definir fatores de expansão ou pesos amostrais para cada estágio, utilizou-se a variável V00291 para o peso do(a) morador(a) selecionado(a). Esse peso já inclui a correção para não resposta e é calibrado com base na projeção populacional do(a) morador(a) selecionado(a). Ele é utilizado no cálculo dos indicadores referentes a esse morador(a).

O tamanho da amostra de pessoas que se autoidentificaram como LGB+, sem a aplicação do fator de expansão amostral, é de 1.554 indivíduos. Com a expansão, esse número representa 3.010.284 pessoas. No caso da população heterossexual, os valores são, respectivamente, 84.359 na amostra e 150.821.861 após a expansão. Os dados foram gerados com o uso do software estatístico SPSS 20. Todas as frequências foram calculadas considerando a amostra expandida, ponderada pela variável V00291.

Metodologia

Esse trabalho propõe um índice de desenvolvimento social que considera necessidades básicas satisfeitas, inspirado na abordagem metodológica de Soares⁷ (2010). A proposta foi adaptada para considerar possíveis desigualdades relacionadas à orientação sexual. As dimensões contempladas pelo Índice de Desenvolvimento Social por Orientação Sexual (IDS-os) são: Saneamento Básico, Renda, Educação e Trabalho. Estas, assim como proposto pela autora (Soares, 2010), respeitam o critério de necessidades básicas satisfeitas ao explicitar como ideal que as populações tenham acesso a saneamento básico, um nível de renda acima do mínimo estabelecido por lei, sejam alfabetizadas e tenham acesso a trabalho decente.

Para cada dimensão, haverá um indicador correspondente e uma ou mais variáveis que auxiliem em sua mensuração. Considerando a segmentação por idade e orientação sexual, as variáveis utilizadas como base serão, respectivamente, C008 (idade) e Y008 (orientação sexual), permitindo distinguir entre populações LGB+ e heterossexuais⁸. Além disso, para a tratativa dos grupos de análise (mulheres LB+⁹; homens GB+¹⁰; mulheres heterossexuais e homens heterossexuais) será considerada a variável C006 (sexo), conforme disponível na PNS 2019. O uso das variáveis, indicadores e dimensões que compõem o índice se justifica pelo objetivo de investigar se a orientação sexual é um fator que impacta o desenvolvimento social dentre os grupos analisados no Brasil. Essa etapa busca explicitar os critérios de organização e seleção das variáveis que foram utilizadas no processo de construção do índice proposto neste estudo. As informações estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Definição das dimensões, indicadores e variáveis que compõem o IDS-os.

Dimensão	Indicador	Variável na pesquisa utilizada como base	Variável na PNS 2019	Código da Variável na PNS 2019
Saneamento	Proporção de	Abastecimento de	Qual é a principal	A005010, se for =

⁷ A autora propôs uma abordagem metodológica para elaboração de dois índices de desenvolvimento social com foco nas desigualdades de gênero, a fim de mensurar o avanço social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação (Soares, 2010).

⁸ Por pessoas heterossexuais serão contempladas mulheres e homens que sentem atração por um gênero diferente do seu.

⁹ No contexto do presente artigo, contempla-se: mulheres lésbicas, bissexuais ou que se identificam com alguma outra orientação sexual.

¹⁰ No contexto do presente artigo, contempla-se: homens gays, bissexuais ou que se identificam com alguma outra orientação sexual.

Básico	pessoas em domicílios com alguma das condições de saneamento inadequadas	água por rede geral	forma de abastecimento de água deste domicílio?	1, rede geral de distribuição, então é adequada.
		Esgotamento sanitário ligado à rede geral	Para onde vai o esgoto do banheiro? Ou Para onde vai o esgoto do sanitário ou do buraco para dejeções?	A01501, se for = 1 ou 2, rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica ligada à rede, então é adequado.
		Coleta de lixo	Qual o (principal) destino dado ao lixo?	A016010, se for = a 1 ou 2, coletado diretamente por serviço de limpeza (independente da frequência de dias de coleta) ou Coletado em caçamba de serviço de limpeza, então é adequada.
Renda	Proporção de pessoas sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo	Rendimento de todas as fontes	Faixa de rendimento domiciliar per capita (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico)	VDF004, se for > 4, então o rendimento domiciliar per capita é maior do que 1 SM, então é adequado.
Educação	Proporção de pessoas sem instrução e com menos de 4 anos de estudo	Nível escolaridade de	Nível de instrução mais elevado alcançado (pessoas de 5 anos ou mais de idade) padronizado para o Ensino Fundamental - SISTEMA DE 9 ANOS	VDD004A, se for >= 3, fundamental completo ou mais, então é adequado.

Trabalho	Proporção de pessoas desocupadas ou com trabalho precário	Pessoas na situação de empregado sem rendimento	Condição de ocupação na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade	VDE002, se for = 1, pessoas ocupadas, então é adequado.
		Empregado sub-remunerado (remuneração inferior a 1 salário mínimo)	Condição em relação à força de trabalho na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade & (...) recebia/fazia normalmente nesse trabalho rendimento/retirada em dinheiro? & Qual era o rendimento bruto mensal ou retirada que ____ fazia normalmente nesse trabalho? (valor em dinheiro)	VDE001, se for = 1, pessoas na força de trabalho & E01601, se for =1, valor em dinheiro, & E01602, se for < 1 SM, então é sub remunerada.
		Subocupadas (jornada inferior a 30 horas)	Quantas horas ____ trabalhava normalmente, por semana, nesse trabalho?	E017, se < 30 horas, então é subocupada.

Nota. Fonte: Elaboração própria, com base em Soares (2010) e nos dados da PNS 2019.

A estratégia de análise se baseia na construção do IDS-os utilizando os microdados da PNS 2019. Para sua execução, foram utilizados os softwares IBM SPSS Statistics 20, empregado na geração das tabelas de frequência, e o Microsoft Excel, utilizado no cálculo dos indicadores e índices sociais.

Os indicadores sociais são essenciais para compreender debates sobre desigualdade, bem-estar e pobreza, assim como para formular e/ou implementar programas, políticas e ações nessas áreas. Eles estão no cerne do planejamento governamental e da gestão pública, presentes em todas as etapas do ciclo de políticas públicas, formulação, tomada de decisão, implementação, avaliação e monitoramento, e são comumente utilizados para destacar avanços e/ou retrocessos nas condições de vida humana, apontar as prioridades sociais em governos e avaliar a eficácia (ou ineficácia, a depender do caso) das políticas públicas (Jannuzzi, 2017). Também revelam aspectos da realidade social, de acordo com sua categoria temática, bem como mudanças que ocorrem na sociedade, sobretudo a partir de informações quantitativas (Jannuzzi, 2017). Os índices sociais, também chamados de índices sintéticos, são construções que

agregam múltiplos indicadores sociais em uma única medida, com o objetivo de simplificar a análise de fenômenos complexos e permitir comparações entre populações, territórios ou ao longo do tempo (Jannuzzi, 2017).

No caso de pesquisas voltadas à população LGB+, os índices sociais cumprem um papel fundamental ao permitir a identificação de desigualdades específicas, muitas vezes invisibilizadas, no acesso a direitos, saúde, educação, trabalho e proteção social. Além disso, contribuem para evidenciar lacunas na produção de dados, subsidiar políticas públicas inclusivas e monitorar os efeitos de ações voltadas à promoção da equidade. Sendo assim, a ausência de dados e informações sobre determinada problemática impede não apenas o dimensionamento da população afetada, como também a avaliação de aspectos fundamentais, tais como o nível de bem-estar social, as desigualdades existentes e os efeitos de ações (ou inações) por parte do Estado (Jannuzzi, 2017).

Segundo Jannuzzi (2017), existem etapas a serem seguidas durante o processo de elaboração de um índice social para garantir que este represente adequadamente o fenômeno que se deseja medir e permita interpretações válidas e comparáveis. A primeira delas envolve as discussões conceituais que irão estruturar um conjunto de indicadores que irão compor os índices. Em seguida, são definidos os marcos ordenadores, isto é, as classificações temáticas ou concepções teóricas que irão facilitar a interpretação dos indicadores sociais. A partir deles, são selecionados os indicadores primários que, por meio de transformações matemáticas, tornam-se comparáveis e, então, podem ser combinados via técnicas quantitativas, podendo ou não incluir ponderações. O índice gerado deve ser avaliado quanto à sua validade de constructo, ou seja, se de fato representa aquilo que o marco ordenador propôs a medir. Por fim, os resultados devem ser apresentados de forma clara e objetiva, incluindo não só os índices finais, mas também os indicadores intermediários, permitindo tanto uma visão panorâmica quanto uma análise detalhada (Jannuzzi, 2017).

Além disso, Soares (2010) reforça quatro definições importantes a serem levadas em consideração durante a elaboração de índices sociais. Segundo a autora, a unidade de medida deve ser utilizada para garantir fluxos iguais, permitindo comparações entre os indicadores. Uma das críticas emitidas ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é justamente por utilizar indicadores com medidas distintas, como a esperança de vida que é dada por um número e taxa de analfabetismo que é dada por um percentual. A segunda delas corresponde à definição dos valores máximos e mínimos, uma vez que este é o fator que mais impactará no valor do índice (Soares, 2009). A etapa seguinte consiste na seleção do número de dimensões e de indicadores. São essas informações que vão permitir identificar quais as definições de desenvolvimento social e bem-estar adotadas. Por último, é necessário atribuir pesos durante a construção dos subíndices de cada dimensão. No entanto, pode ser complexo atribuir pesos, especialmente quando não há pesquisas que indiquem as prioridades da população em relação às suas necessidades ou que mensurem a relevância de cada dimensão na estrutura social (Soares, 2010).

Soares (2010) também retoma as discussões de Hagerty e Land (2004) sobre a importância de adotar estruturas de ponderação heterogêneas na construção de índices de bem-estar social. Segundo os autores, quando as correlações entre os indicadores sociais são todas positivas, a escolha dos pesos se torna menos relevante. No entanto, se

houver correlações negativas entre os indicadores (isto é, o aumento de um implica a diminuição de outro), torna-se necessário ponderar cuidadosamente para evitar distorções nos resultados do índice. Além disso, nem todo indicador social é adequado para compor índices de desenvolvimento social ou bem-estar, sendo essencial avaliar sua relevância conceitual e empírica, bem como sua consistência com os demais componentes do índice (Soares, 2010).

No índice social proposto neste estudo, optou-se por não atribuir pesos diferenciados às dimensões que os compõem. Tal decisão se justifica pelo fato de que as dimensões consideradas se referem a condições mínimas. Dessa forma, não é apropriado atribuir maior grau de importância a uma dimensão em detrimento das demais (Soares, 2010).

De acordo com a definição dos indicadores estabelecida anteriormente, observa-se que todos se referem à subamostra da população de 18+ anos, residente em domicílios particulares permanentes, que respondeu ao quesito correspondente. Além disso, cada uma das variáveis que compõem os indicadores foi padronizada de forma binária, assumindo os valores 0 (inadequado) e 1 (adequado). A metodologia de cálculo está descrita abaixo:

$$\text{Indicador de Saneamento} = \frac{\text{Pessoas de 18+anos com todas condições adequadas de saneamento}}{\text{Total de pessoas 18+ anos}}$$

$$\text{Indicador de Renda} = \frac{\text{Pessoas de 18+anos com rendimento de todas as fontes superior a 1SM}}{\text{Total de pessoas 18+ anos}}$$

$$\text{Indicador de Educação} = \frac{\text{Pessoas de 18+anos com mais de 4 anos de estudo}}{\text{Total de pessoas 18+ anos}}$$

$$\text{Indicador de Trabalho} = \frac{\text{Pessoas de 18+anos ocupadas ou com condições adequadas de trabalho}}{\text{Total de pessoas 18+ anos}}$$

O índice final foi calculado por meio da média aritmética dos quatro subíndices.

$$IDos = \frac{\sum i \text{ Subíndice}(i)}{4}, \text{ onde } i = 1, 2, 3 \text{ e } 4 \text{ (ou seja, saneamento, renda, educação e trabalho)}.$$

Resultados

No Brasil, as últimas décadas foram marcadas por avanços nos indicadores sociais, mas as desigualdades estruturais relacionadas às condições básicas de vida se mantêm presentes. A Síntese de Indicadores Sociais 2024, publicada pelo IBGE, evidencia que, em relação à estrutura econômica e de mercado de trabalho, a precariedade, expressa pela informalidade, pela subocupação, pelas desigualdades de rendimentos e pela exclusão da força de trabalho, atinge de forma desproporcional grupos historicamente vulnerabilizados. Entre eles, destacam-se pessoas de cor ou raça preta ou parda, mulheres e jovens, especialmente aquelas que não estudam nem exercem atividade ocupacional (IBGE, 2024).

Nesse sentido, o índice proposto (IDS-os) visa captar o acesso desigual entre as populações LGB+ e heterossexual, incorporando também o recorte por sexo, nos níveis mais elevados de desenvolvimento, conforme estabelecido no objetivo da pesquisa. De

acordo com os resultados do IDS-os para o ano de 2019, observa-se que a população LGB+ possui um índice de desenvolvimento social mais elevado do que a população heterossexual no Brasil (0,684 e 0,552, respectivamente). Ao atribuir diferentes escalas de desenvolvimento, assim como proposto por Soares (2010), é possível afirmar que as populações LGB+ e heterossexual possuem um nível médio baixo de desenvolvimento, ainda que a primeira delas esteja mais próxima da categoria médio alto (Quadro 2).

Quadro 2 - Escala numérica para interpretação do IDS-os.

Escala	Valores
Muito alto	0,900 - 1
Alto	0,800 - 0,899
Médio alto	0,700 - 0,799
Médio baixo	0,500 - 0,699
Baixo	0,499 - 0

Nota. Fonte: Soares (2010).

Com relação à segmentação pelos grupos de análise, mulheres LB+, mulheres heterossexuais, homens GB+ e homens heterossexuais, observa-se que os recortes de sexo e orientação sexual permitem descrever os níveis de desenvolvimento social de cada grupo, sendo que mulheres LB+ e homens GB+ apresentam os valores mais altos do índice, conforme explicitado na Tabela 1.

Tabela 1 - Valores do IDS-os segundo sexo e orientação sexual. Brasil, 2019.

Índice Social	Valores
IDS-os Mulheres LB+	0,700
IDS-os Mulheres Heterossexuais	0,524
IDS-os Homens GB+	0,667
IDS-os Homens Heterossexuais	0,584

Nota. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. Elaboração própria.

Ao se aprofundar nas dimensões que compõem o IDS-os, observa-se que o Indicador de Educação para pessoas LGB+ é classificado como muito alto, confirmando resultados apontados em estudos do IBGE, que indicam maiores níveis de instrução nessa população (IBGE, 2022). É nessa dimensão e na Saneamento Básico que as disparidades entre os grupos populacionais são maiores. Com relação às demais dimensões, os indicadores também são mais elevados quando comparados aos seus

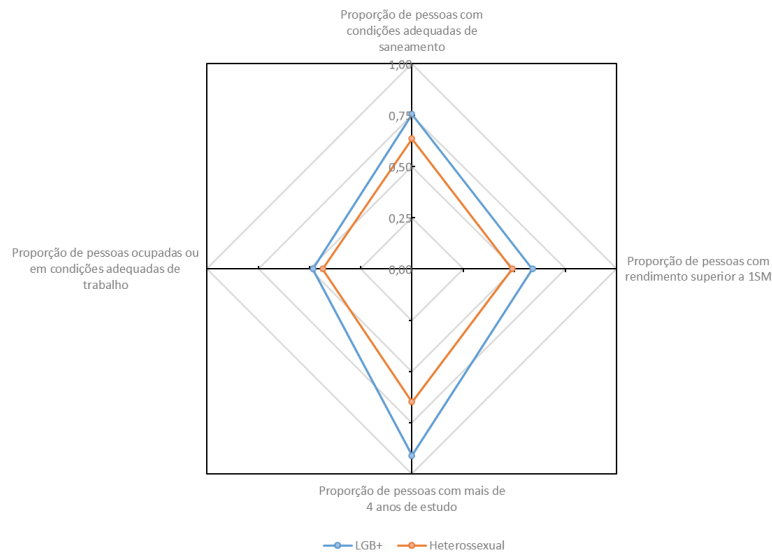
pares heterossexuais. A população LGB+ apresenta condições melhores do que a população heterossexual nas quatro dimensões. As características de educação, saneamento e renda são as principais fontes de exclusão em relação às condições básicas de desenvolvimento da população. Os detalhes estão disponíveis na Tabela 2 e no Gráfico 1.

Tabela 2 - Valores dos indicadores que compõem as dimensões do IDS-os. Brasil, 2019.

Indicador	LGB+	Heterossexual
Saneamento Básico	0,755	0,635
Renda	0,589	0,489
Educação	0,908	0,648
Trabalho	0,484	0,435

Nota. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. Elaboração própria.

Gráfico 1 - Valores dos indicadores que compõem o IDS-os, segundo orientação sexual. Brasil, 2019.



Nota. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. Elaboração própria.

A partir do recorte de sexo, observa-se que as disparidades entre os grupos tornam-se ainda mais evidentes. Para as mulheres LB+ e heterossexuais, observa-se que as mulheres LB+ apresentam resultados melhores que as heterossexuais em todos os indicadores, com destaque para educação, indicando melhor acesso a essas condições. As mulheres heterossexuais apresentam piores indicadores, considerando todos os grupos de análise, nas dimensões de trabalho (0,319) e renda (0,471), refletindo desigualdades de gênero persistentes. Em relação aos homens GB+ e heterossexuais,

por sua vez, observa-se que os homens GB+ têm indicadores mais altos em saneamento, renda e educação. Na dimensão de trabalho, homens GB+ têm índice menor que homens heterossexuais (0,457 e 0,567, respectivamente), sugerindo desvantagem relativa no mercado de trabalho. Ao diferenciar os valores por sexo, nota-se que as mulheres LB+ têm maior vantagem relativa em saneamento e educação, enquanto homens GB+ têm vantagem em saneamento, educação e renda. Os homens heterossexuais apresentam melhor situação em trabalho (0,567), mas ficam abaixo de homens GB+ e mulheres LB+ em educação e saneamento.

A dimensão da educação é a que apresenta maior contraste. As mulheres LB+ (0,918) e os homens GB+ (0,898) têm acesso muito superior ao de mulheres heterossexuais (0,654) e homens heterossexuais (0,641). Isso pode indicar maior investimento pessoal ou familiar em escolaridade entre a população LGB+, possivelmente como estratégia de mobilidade social diante de outras barreiras no mercado de trabalho e renda. Um segundo contraste se dá na dimensão de saneamento básico. As mulheres LB+ lideram em acesso a saneamento (0,798), acima de todos os grupos, seguidas por homens GB+ (0,707). As mulheres e homens heterossexuais têm os piores indicadores nesse quesito, o que pode refletir diferenças regionais ou de inserção territorial (possivelmente a população LGB+ está mais concentrada em áreas urbanas onde há locais com infraestrutura mais desenvolvida). Nas dimensões de renda e trabalho, apesar da alta escolaridade, mulheres LB+ e homens GB+ não têm rendimentos tão altos quanto seria esperado, mostrando que a educação não se traduz igualmente em renda para populações LGB+ e que o fator da discriminação pode se constituir como uma barreira adicional ao retorno econômico da escolarização.

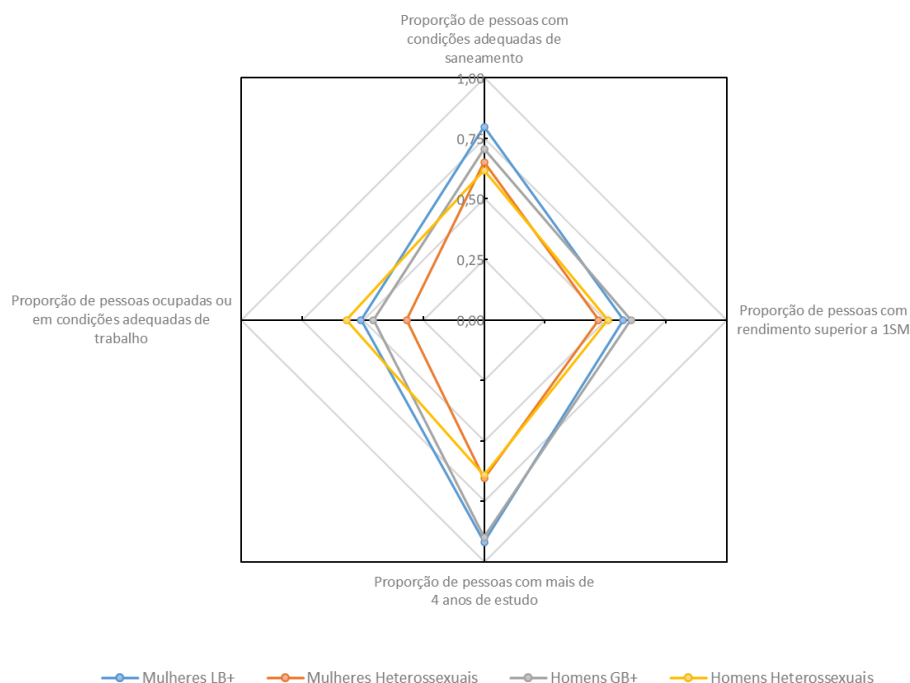
De modo geral, mulheres LB+ e homens GB+ apresentam melhores indicadores de acesso à educação e saneamento, mas ainda enfrentam barreiras em renda e trabalho. As mulheres heterossexuais são o grupo mais vulnerável, acumulando desvantagens em praticamente todas as dimensões. Em relação às mulheres LB+ e aos homens GB+, apresentam piores indicadores em todos os aspectos analisados. Quando comparadas aos homens heterossexuais, ficam em situação ligeiramente melhor apenas em educação e saneamento, embora com diferenças pouco expressivas. Todos os detalhes descritos anteriormente podem ser visualizados na Tabela 3 e no Gráfico 2.

Tabela 3 - Valores dos indicadores que compõem as dimensões do IDS-os segundo sexo e orientação sexual. Brasil, 2019.

Indicador	Mulheres LB+	Mulheres Heterossexuais	Homens GB+	Homens Heterossexuais
Saneamento Básico	0,798	0,651	0,707	0,617
Renda	0,574	0,471	0,605	0,510
Educação	0,918	0,654	0,898	0,641
Trabalho	0,508	0,319	0,457	0,567

Nota. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. Elaboração própria.

Gráfico 2 - Valores dos indicadores que compõem o IDS-os, segundo sexo e orientação sexual. Brasil, 2019.



Nota. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. Elaboração própria.

Discussões

No geral, os resultados encontrados apontam para um nível de desenvolvimento social mais elevado entre a população LGB+ em comparação com a população heterossexual. No entanto, a hipótese a ser testada era a de que haveria um efeito de composição na amostra, segundo o qual as pessoas que se autodeclararam LGB+ pertencem a estratos sociais mais elevados, o que poderia elevar artificialmente o índice. Tal comportamento é identificado na prática. Isso porque se observa um perfil específico entre as pessoas que se autodeclararam LGB+ na PNS 2019, caracterizado por indivíduos com maior escolaridade, maior renda e, em média, mais jovens (IBGE, 2022). Tanto entre a população LGB+ quanto entre a heterossexual, o indicador de educação apresentou os valores mais elevados em comparação aos demais. Além disso, os percentuais mais altos nas opções “recusou-se a responder” e “não sabe” (também disponíveis no questionário para a pergunta sobre orientação sexual) entre as pessoas com nível de instrução até o ensino médio incompleto identificados pelo IBGE, sugerem uma maior dificuldade no entendimento sobre o tema abordado por parte desse contingente (IBGE, 2022).

Estudos mais recentes, como a revisão sistemática realizada por Suliano e Barreto (2022), apontam que homens gays enfrentam perdas salariais entre 3% e 32% em relação aos heterossexuais, associadas tanto a práticas discriminatórias e estereotipadas (Laurent; Mihoubi, 2012) quanto à inserção em ocupações de menor remuneração, tradicionalmente femininas (Antecol; Jong; Steinberger, 2008). Embora o

indicador de renda sugira valores mais elevados entre homens GB+, isso não significa que o padrão de penalidades salariais apontado pela literatura não se reproduza. Esse resultado pode estar relacionado novamente ao efeito de composição da amostra, em que os homens GB+ que se autodeclararam possuem, em maior proporção, maior escolaridade e inserção em ocupações de alta remuneração, o que eleva a média.

Por outro lado, as mulheres lésbicas apresentam, majoritariamente, vantagens salariais que variam de 3% a 34% em comparação a suas pares heterossexuais, atribuídas a maior apego ao mercado de trabalho (Black; Sanders; Taylor, 2007), maior oferta de força de trabalho (Dilmaghani, 2017), estereótipos de menor propensão à maternidade (Peplau; Fingerhht, 2004) e estratégias de investimento em escolaridade frente ao risco de discriminação (Badgett, 1995). Os dados dos indicadores de renda apontam para esse sentido, sendo relativamente superiores para as mulheres LB+. Embora as evidências recentes mostrem salários equivalentes ou até superiores para homens gays e lésbicas (Drydakis; Zimmermann, 2021), padrão este também verificado nos indicadores analisados, as minorias sexuais continuam mais concentradas em ocupações atípicas, reflexo das barreiras impostas por práticas discriminatórias nos processos de contratação e recrutamento em ambientes de trabalho tradicionais ou normativos (Ueno; Roach; Peña-Talamantes, 2013).

Ainda em relação ao mercado de trabalho, o medo da discriminação leva muitas pessoas LGBTNbI+ a adotarem diferentes estratégias de gerenciamento da identidade, que variam desde o *passing* (termo em inglês utilizado para os casos em que as pessoas fingem ser heterossexuais) até formas mais sutis de omitir informações ou, em contrapartida, se assumir abertamente (Griffin, 1992 apud Croteau, 1996). Esse estigma social também pode estar entre as razões do receio em se autoidentificar verbalmente como LGB+ na PNS 2019, sobretudo em contextos de cidades pequenas, conforme apontado pelo IBGE (2022).

Quanto à dimensão de saneamento básico, os dados recentes da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE apontam para uma cobertura majoritária, mas desigual, dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo no país. Os dados mostram que em 2023, cerca de 93% dos domicílios tinham acesso à rede geral de água, 91% eram atendidos pela coleta de lixo e 78% estavam ligados à rede de esgoto (IBGE, 2025). As disparidades são acentuadas nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste. Ainda que o saneamento apareça como uma das dimensões com melhores resultados, observam-se diferenças internas, sendo que mulheres LB+ e homens GB+ apresentaram vantagem relativa em relação a seus pares heterossexuais, o que sugere que desigualdades estruturais no acesso ao saneamento se refletem também de forma diferenciada entre grupo sociais.

Conclusões

As análises do IDS-os indicam que existem diferenças significativas entre os grupos analisados. Através da metodologia proposta, identificou-se que o Brasil possui um Índice de Desenvolvimento Social médio baixo para as populações LGB+ e heterossexual, embora o primeiro grupo esteja mais próximo de médio alto. Em relação aos indicadores que compõem o índice, observou-se valores em todos os níveis de desenvolvimento, de baixo a alto.

Conforme esperado, o IDS-os apontou que a população LGB+ está em condições melhores que a heterossexual, visto que as pessoas que se autodeclararam como parte desse grupo pertencem a um estrato social mais elevado. Foram identificadas diferenças significativas ao segmentar os grupos por sexo, na qual observou-se que a população LGB+ apresenta melhores indicadores de acesso em saneamento e educação, mas ainda enfrentam barreiras em renda e trabalho, uma vez que os elevados níveis educacionais não se traduzem, de forma proporcional, em melhores condições laborais e salariais.

Como agenda futura de pesquisa, propõe-se trabalhar com a interseccionalidade entre gênero, raça/cor e idade, a fim de compreender de que forma esses marcadores sociais impactam o desenvolvimento social. Além disso, pretende-se realizar a segmentação por Unidades da Federação, de modo a captar as diferenças regionais nas dimensões analisadas. Estudos recentes têm apontado para a importância de discutir os níveis de bem-estar e também os tipos de inserção ocupacional das populações LGBTNB+, de modo a evidenciar como esses aspectos se articulam na produção das desigualdades. Avançar nesses debates é fundamental para ampliar a compreensão sobre os marcadores sociais que afetam esse grupo e para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade.

Referências bibliográficas

- Antecol, H., Jong, A., & Steinberger, M. (2008).** The sexual orientation wage gap: The role of occupational sorting and human capital. *Industrial & Labor Relations Review*, 61(4), 518–526.
- Badgett, L. M. V. (1995).** The wage effects of sexual orientation discrimination. *Industrial and Labor Relations Review*, 48(4), 726–739. <https://ideas.wharton.upenn.edu/wp-content/uploads/2018/07/Badgett1995.pdf>
- Baumle, A. K. (Ed.). (2013).** *International handbook on the demography of sexuality* (5th ed.). Springer.
- Baumle, A. K., Compton, D. R., & Poston, D. L., Jr. (2009).** *Same-sex partners: The social demography of sexual orientation*. State University of New York Press.
- Black, D., Sanders, S., & Taylor, J. (2007).** The economics of lesbian and gay families. *Journal of Economic Perspectives*, 21(2), 53–70.
- Cerqueira, H. E. A. da G. (2003).** Para ler Adam Smith: Novas abordagens. In *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 31st Brazilian Economics Meeting]* (p. A20). ANPEC. <https://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A20.pdf>
- Ciasca, S. V., Hercowitz, A., & Junior, A. L. (2021).** Definições da sexualidade humana. In S. V. Ciasca, A. Hercowitz, & A. L. Junior (Eds.), *Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar* (pp. 12–17). Manole. (ISBN 978-65-5576-116-0)
- Croteau, J. M. (1996).** Research on the work experience of lesbian, gay, and bisexual people: An integrative review of methodology and findings. *Journal of Vocational Behavior*, 48(2), 195–209.
- Delgado, P., & Sulcedo, T. (2004).** Aspectos conceptuales sobre los indicadores de calidad de vida. *Revista Contaduría Universidad de Antioquia*, 44, 119–140. <https://revistas.udea.edu.co/index.php/ceo/article/view/6803>
- Dilmaghani, M. (2017).** Sexual orientation, labour earnings, and household income in Canada. *Journal of Labor Research*, 39(1), 41–55. <https://doi.org/10.1007/s12122-017-9244-5>
- Drydakis, N., & Zimmermann, K. F. (2021).** Sexual orientation, gender identity and labour market outcomes: New patterns and insights (GLO Discussion Paper, No. 627). Global Labor Organization.
- Fukuda-Parr, S. (2003).** The human development paradigm: Operationalizing Sen's ideas on capabilities. *Feminist Economics*, 9(2–3), 301–317. <https://doi.org/10.1080/1354570022000077980>
- Gates, G. J., & Ost, J. (2004).** *The gay and lesbian atlas*. The Urban Institute Press.
- Hauser, P. M., & Duncan, O. D. (Eds.). (1959).** *The study of population: An inventory and appraisal*. University of Chicago Press.

- Hagerty, M. R., & Land, K. C. (2022, August 16–19).** Constructing summary indices of social well-being: A model for the effect of heterogeneous importance weights. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, Chicago, IL.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021).** Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Ciclos de vida (Coordenação de Trabalho e Rendimento). IBGE. <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022).** Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Orientação sexual autoidentificada da população adulta (Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios). IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101934>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024).** Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira (Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 54). IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144>
- Jannuzzi, P. M. (2017).** Indicadores sociais no Brasil: Conceitos, fontes de dados e aplicações (6ª ed. rev. e ampl.). Alínea.
- Laurent, T., & Mihoubi, F. (2012).** Sexual orientation and wage discrimination in France: The hidden side of the rainbow. *Journal of Labour Research*, 33(4), 487–527. <https://doi.org/10.1007/s12122-012-9142-2>
- Livi-Bacci, M. (1993).** Población y demografía. In *Introducción a la demografía* (pp. 9–14).
- Peplau, L. A., & Fingerhut, A. (2004).** The paradox of the lesbian worker. *Journal of Social Issues*, 60(4), 719–735.
- Rawls, J. (1971).** *A theory of justice*. Harvard University Press.
- Riley, N. E. (2005).** Demography of gender. In D. L. Poston Jr. & M. Micklin (Eds.), *Handbook of population* (pp. 109–142). Kluwer Academic/Plenum Publisher.
- Saenz, R., & Morales, M. C. (2005).** Demography of race and ethnicity. In D. L. Poston Jr. & M. Micklin (Eds.), *Handbook of population* (pp. 169–208). Kluwer Academic/Plenum Publisher.
- Sen, A. (1970).** *Collective choice and social welfare*. North-Holland.
- Sen, A. (2010).** *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1999).
- Silva, S. A. G., De Lena, F. F., & Miranda-Ribeiro, P. (2018).** Demografia e diversidade sexual: Uma análise da produção acadêmica sobre gênero e identidade sexual na demografia entre 2000 e 2017. In XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Poços de Caldas. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- Soares, C. (2009).** Uma proposta de índice de desenvolvimento social para os municípios brasileiros de acordo com o tamanho da população em 1991 e 2000 [Manuscrito não publicado]. Universidade de Brasília.
- Soares, C. (2010).** Índices de desenvolvimento de gênero: Uma análise do avanço social das mulheres no Brasil e nas unidades da federação. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Minas Gerais, Brasil. <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/revista/RevistadoObservatorioEdioEspecial2010Portuguss.pdf>
- Stopa, S. R., Szwarcwald, C. L., Oliveira, M. M. de, Gouvea, E. de C. D. P., Vieira, M. L. F. P., Freitas, M. P. S., Sardinha, L. M. V., Macário, E. M., & Malta, D. C. (2020).** Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Histórico, métodos e perspectivas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(5), e2020315. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000500004>
- Suliano, D., Irfi, G., & Barreto, A. B. R. de S. (2022).** Orientação sexual e seus efeitos no mercado de trabalho: Um estudo com base na técnica de revisão sistemática. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 39, e0186. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0186>
- Troiden, R. R. (1989).** The formation of homosexual identities. *Journal of Homosexuality*, 17(1–2), 45–73.
- Ueno, K., Roach, T., & Pena-Talamantes, A. E. (2013).** Sexual orientation and gender typicality of the occupation in young adulthood. *Social Forces*, 92(1), 81–108.
- United Nations Development Programme (UNDP). (1990, 1995).** *Human development report*. Oxford University Press.